



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

114  
102.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL n. 0301535-8

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ  
AGRAVADO : MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA  
DEFENSOR PÚBLICO : MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. NEOVITE LUTEIN. PACIENTE PORTADORA DE DISTROFIA HEREDITÁRIA DA RETINA. MEDICAMENTO PRESCRITO POR PROFISSIONAL ESPECIALISTA. TRATAMENTO MAIS INDICADO. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. SÚMULA 18 DO TJPE. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, o direito à saúde está inserido no seletor dos direitos fundamentais sociais (v. art. 6, CF), compondo ainda o grupo de direitos que preveem o mínimo existencial para o ser humano.

2. O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia inscrito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

3. É irrelevante o fato de que o medicamento postulado pelo apelado não esteja presente nas listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, posto que, como dito, tem o Estado o dever de garantir o direito subjetivo à saúde do cidadão - Súmula 18 TJPE.

4. A autora/agravada comprovou documentalmente ser portadora de distrofia hereditária da retina (CID 10 - H35.5) e a necessidade da medicação em comento, como se infere do laudo e prescrição acostados às fls. 22/23, firmados pela Dr. Lara Silveira, devendo-se prestigiar a terapia indicada pela profissional que acompanha a autora, porquanto é quem detém as melhores condições de avaliar o tratamento mais indicado à paciente.

5. O Código de Processo Civil, entre outras medidas coercitivas, atribui ao juiz a faculdade de impor *astreintes* em desfavor do devedor - ainda que se trate da fazenda pública -, objetivando inibir o descumprimento das obrigações de fazer ou não fazer ou de entregar coisa, que deverá incidir a partir da ciência do obrigado e da sua recalcitrância.

6. À unanimidade, Recurso de Agravo não provido.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

115  
Top.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, dar improvimento ao presente recurso de agravo na apelação, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 08.10.2013

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

116  
Top.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL n. 0301535-8

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ  
AGRAVADO : MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA  
DEFENSOR PÚBLICO : MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo interposto contra decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, negou seguimento ao recurso de apelação do Estado de Pernambuco, no sentido de manter a decisão de primeiro grau, proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Igarassu, que, nos autos da Ação de rito comum ordinário, julgou procedente o pedido formulado na inicial, determinando que o apelante forneça à apelada o medicamento NEOVITE LUTEIN, consoante prescrito às fls. 22/23.

De acordo com laudo médico e prescrição médica subscritos pela Dra. Lara Silveira - CRM 12688, a autora/agravada é portadora de Distrofia hereditária da retina (CID 10 - H35.5) e necessita utilizar o medicamento supracitado, cf. fls. 22/30. Entrementes, afirma não dispor de recursos financeiros suficientes para suportar o tratamento.

Em suas razões recursais (fls. 103/105), o Estado de Pernambuco limita-se, em síntese, a reiterar as razões aduzidas no recurso de apelação. Assevera a inobservância dos princípios constitucionais que regem a atividade administrativa e a vinculação da obrigação imposta ao medicamento prescrito pela médica que acompanha a agravada.

Assim sendo, não satisfeito com a decisão monocrática de fls. 94/100, o Estado de Pernambuco requer que esta relatoria, com base no art. 557, §1º, do CPC, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

117  
80.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 08.10.2013

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

118  
100.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL n. 0301535-8

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ  
AGRAVADO : MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA  
DEFENSOR PÚBLICO : MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pelo agravante, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

O caso em tela trata do fornecimento do medicamento NEOVITE LUTEIN, em quantidade suficiente para o tratamento da agravada, portadora de distrofia hereditária da retina (CID 10 - H35.5), conforme laudo médico e prescrição médica subscritos pela Dra. Lara Silveira - CRM 12688.

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, o direito à saúde está inserido no seletor rol dos direitos fundamentais sociais (v. art. 6, CF), compondo ainda o grupo de direitos que preveem o mínimo existencial para o ser humano.

Com efeito, a norma constitucional programática cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

*"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."*

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia inscrito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

119  
[assinatura]

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de "fechar os olhos" para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, consequentemente, de sua vida, de sorte que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

É irrelevante o fato de que o medicamento postulado pela agravada não esteja presente nas listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, posto que, como dito, tem o Estado o dever de garantir o direito subjetivo à saúde do cidadão. O Enunciado 18 da Súmula do E. Tribunal de Justiça de Pernambuco está assim assentado:

*"Súmula 018. É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial."*

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou, de forma reiterada, nesse mesmo sentido, conforme se infere dos seguintes arestos:

*"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)*

*"PACIENTE COM HIV/AIDS - PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS - DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF ART. 5, CAPUT, e 196) - PRECEDENTE (STF) - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA*

*. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria "Constituição da República Federativa do Brasil 1988". Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus*

[assinatura]  
6



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

120  
top

*HIV, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar*

. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMAR-SE EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQUENTE

. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado.

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES**

. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV/AIDS, dá efetividade a preceitos fundamentais da "Constituição da República Federativa do Brasil 1988" - Constituição da República (arts. 5º, caput, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF."

Em relação à alegação do agravante da não comprovação de que a utilização do fármaco em debate seja a única alternativa terapêutica para sua enfermidade, o que dever ser salientado é que a autora comprovou documentalmente ser portadora de distrofia hereditária da retina (CID 10 - H35.5) e a necessidade da medicação em comento, como se infere do laudo e prescrição acostados às fls. 22/23, firmados pela Dr. Lara Silveira, devendo-se prestigiar a terapia indicada pela profissional que acompanha a autora, porquanto é quem detém as melhores condições de avaliar o tratamento mais indicado à paciente.

Nossa jurisprudência corrobora esse entendimento em casos semelhantes:

7



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

121

*[Assinatura]*

*RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (LUCENTIS) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE EDEMA MACULAR CLINICAMENTE SIGNIFICANTE DEVIDO A OCLUSÃO DE RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. TERAPÊUTICA INDICADA PELO MÉDICO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHA O AGRAVADO. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE.181. A verossimilhança dos argumentos da parte agravada, ensejadora da concessão da tutela antecipada em seu favor, defluem da declaração médica acostada à fl. 27. A médica oftalmologista que faz o acompanhamento do agravado afirma expressamente que o paciente possui baixa visão no olho direito e que a melhor opção terapêutica são as injeções de antiangiogênico na cavidade vítrea.2. Quanto à alegação de caráter off label do tratamento, o que deve ser ressaltado é que a médica que atendeu o paciente/agravado é quem detém as melhores condições técnicas de avaliar e receitar o medicamento mais indicado para o caso concreto, bem como se é possível a substituição deste.3. Ressalte-se que o demandante/agravado realizou tratamento tradicional com fotocoagulação a laser, vitrectomia e injeção intravítrea de triancilona, apresentando, contudo, apenas uma melhora parcial. Revela-se, portanto, que a terapêutica com Lucentis não foi a primeira opção da médica, demonstrando-se a tentativa de cura através de outros tratamentos, cujos resultados não foram satisfatórios.4. A antecipação de tutela deferida pelo juízo de primeira instância e mantida neste grau de jurisdição se justifica pela urgência do tratamento da enfermidade, pois, do contrário, há risco de perda da visão.5. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".6. Recurso de agravo conhecido e improvido. Unanimidade. (2616746 PE 0000806-70.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 14/02/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 40/2012)*

Neste caso, a fixação de *astreintes* tem por escopo unicamente reprimir a resistência do Estado, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. A fixação da multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do paciente.

O Código de Processo Civil, entre outras medidas coercitivas, atribui ao juiz a faculdade de impor *astreintes* em desfavor do devedor - ainda que se trate da fazenda pública -, objetivando inibir o descumprimento das obrigações





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

122  
top.

de fazer ou não fazer ou de entregar coisa, que deverá incidir a partir da ciência do obrigado e da sua recalcitrância.

A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial. Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE SE MANTÉM PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. BRIGAÇÃO DE FAZER. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. PRAZO RAZOÁVEL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (AgRg no AREsp 61220/RS, Relatora Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região, Segunda Turma, DJe 04/12/2012) Nesse mesmo sentido são Precedentes jurisprudenciais do STJ: Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJ de 31.05.2004; AGRGRESP 440686/RS, Felix Fischer, DJ de 16.12.2002; AGRESP 554776/SP, Relator Ministro Paulo Medina, DJ de 06.10.2003; AgRgRESP 189.108/SP, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ 02.04.2001 e AgRgAg 334.301/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ 05.02.2001.)*

Assim, entende inclusive este e. Tribunal de Justiça:

*RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE DO ESTADO.1. A irresignação não trouxe nenhum elemento concreto que pudesse por em dúvida a necessidade premente de utilização da medicação em tela, por parte da paciente.2. A aplicação do art. 557, caput, do CPC, justifica-se na medida em que é pacífica nos tribunais a obrigação do poder público de assegurar o fornecimento de medicamentos a quem deles necessitam.557CPC3. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.Constituição4. Aplicação da Súmula 18 deste TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".5. A parte agravada tem necessidade do recebimento imediato do medicamento, razão pela qual a multa deve ser suficiente a compelir o Estado a cumprir a ordem judicial, na havendo exagero em sua fixação.6. Recurso de Agravo improvido. (2300743 PE 0024147-96.2010.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 06/01/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 009).*

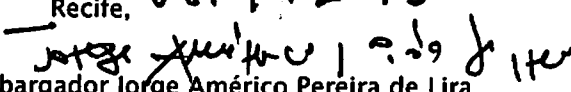


PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

123  
JP

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo, mantendo-se, in totum, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto

Recife, 08.10.2013  
  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator